

COMBATE À IMPUNIDADE 1 Segundo o presidente, a injustiça no Brasil 'chegou num ponto trágico: a desvalorização da vida'

# FHC lança plano para direitos humanos

Existem no país

## 3 mi

de crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos que trabalham, o que é proibido pela Constituição

Já foram registrados

## 105

assassinatos de índios nos últimos três anos; a maior incidência de casos foi verificada em 1993 (43 mortes)

De 64 a 92, ocorreram

## 1.681

assassinatos no campo; foram julgados 26 casos, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra)

EMANUEL NERI  
da Reportagem Local

HAROLDO CERAVALO SEREZA  
da Redação

Abalado por assassinatos de crianças e chacinas de presos, favelados e sem-terra, o Brasil conhece amanhã o seu PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos). É o terceiro país a adotar um plano dessa natureza.

Com 168 propostas, o programa que o presidente Fernando Henrique Cardoso apresentará promete tratamento igualitário perante a lei e combate a preconceitos.

Abrange desde conceitos sobre liberdade e cidadania até medidas para a criação de uma cultura de

direitos humanos no Brasil.

O PNDH surge num momento em que a imagem externa do país está arranhada pelo decreto presidencial que permitiu a contestação de áreas indígenas e pela matança de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (PA), em abril.

Tão grave quanto as chacinas é a quase certeza de impunidade. No Brasil, os crimes praticados por policiais militares são julgados por tribunais militares.

Massacres como o do Carandiru, há quatro anos, em que 111 presos foram mortos, não levaram ninguém para a cadeia.

Apesar das dúvidas das entidades de direitos humanos, FHC promete combater a impunidade.

Uma das medidas de curto prazo

do programa prevê a transferência para a Justiça Comum do julgamento de policiais militares.

"A injustiça em nosso país chegou num ponto trágico: a desvalorização do maior de todos os nossos bens, a vida dos cidadãos brasileiros", diz FHC na mensagem que acompanha o plano.

Para o presidente, seu programa de direitos humanos vai "estancar a banalização da morte".

O Brasil é de fato um país em que os direitos humanos ainda estão na Idade da Pedra. O país tem um recorde triste: o assassinato de quatro crianças por dia.

Os índices de crimes violentos também são altíssimos. As taxas nacionais de homicídios entre 1981 e 1990 pularam de 12,3 para 21,3

mortos por cada 100 mil habitantes. É quase cinco vezes a média dos países europeus.

No campo da impunidade, o plano quer acabar com a tortura, uma prática sistemática nos distritos policiais do país contra suspeitos de crimes comuns.

A Constituição considera a tortura um crime inafiançável, mas não há leis específicas para punir os torturadores.

O plano tenta atingir todos os alvos discriminados do país —crianças, índios, deficientes físicos, negros, migrantes, idosos e mulheres. Na proposta de tratamento igualitário das pessoas, promete medidas para melhorar as condições de atendimento de portadores de HIV/Aids.

Mas deixou de fora setores igualmente marginalizados. Não são apontadas medidas, por exemplo, para acabar com a impunidade de assassinos de homossexuais.

O PNDH nasceu a partir de recomendação da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em 1993, em Viena (Áustria). Além do Brasil, apenas Austrália e Filipinas já elaboraram seus planos.

Concretizado a partir de projeto do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, o programa recebeu aval de entidades de direitos humanos de todo o país.

Mas há o temor de que o plano fique só no plano das intenções, sem ser executado.

ESP  
12/5/96  
245  
1-17